

Formação de Multiplicadores para a Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental



GAEA - GÊNERO, ÁGUA,
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Primeira revisão
Março de 2014

Realização



Parceria



Apoio





APRESENTAÇÃO

O presente documento (Projeto Político Pedagógico - PPP) apresenta a sua Primeira Revisão a partir de diretrizes do Curso de Extensão “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental”, também conhecido pela junção de suas iniciais: “GAEA”, no âmbito do projeto “Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental” aprovado pelo do Programa *Ecosystem Alliance (EA) Wetlands Internacional, IUCN e Both ENDS*.

A formação GAEA tem como objetivo mobilizar lideranças e ampliar o acesso da mulher estimulando-as e qualificando-as para a participação em processos de discussão, deliberação e decisão dos diversos segmentos compartilhando conceitos sobre gênero, água e educação ambiental, buscando assim, a planificação de equidade de gênero nesses espaços, utilizando-se de ferramentas da educação a distância.

É importante ressaltar que o PPP-GAEA não é concebido como um manual impositivo, mas sim como um condensado de princípios e objetivos educacionais, caracterizado por uma gestão coletiva e igualitária, periodicamente revisto e sistematicamente (re)construído. Dessa forma, procura-se a efetivar a utopia de um “registro identitário”, no qual os sujeitos possam se enxergar, acompanhar e intervir em seu próprio processo de formação para que, enfim, possam atuar conforme suas necessidades e sonhos.

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) utiliza Projeto Político Pedagógico (PPP) como balizador de propostas tanto no âmbito do ensino formal (Ministério de Educação - MEC), quanto no não formal (Ministério do Meio Ambiente - MMA), e o descreve como:



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

É um planejamento participativo que discute planos de construção socioeducacional que afetam toda a comunidade, desta forma, deve ser por ela apropriado. Um documento como este nunca fica pronto, ele é uma dinâmica e deve ser reavaliado e reconstruído a partir de um tempo predefinido pelo grupo e respaldado nas avaliações participativas planejadas e implementadas (BRASIL, 2005).

2

Nesta Primeira Revisão do PPP, de forma objetiva, buscou-se evidenciar os aspectos conceituais, situacionais e operacionais estruturantes da proposta do curso GAEA observando o percurso da nossa Formação. Trata-se do levantamento parcial dos resultados alcançados durante as ações propostas, do público envolvido, dos objetivos teórico-metodológicos, e dos temas levantados em encontros, reuniões e pesquisas realizadas no âmbito do projeto “Formação de Multiplicadores para a Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental”, bem como de ações anteriores realizadas pela da ONG Mupan juntamente com parceiros do Estado de Mato Grosso do Sul e apoiadores. Portanto, as temáticas e ações propostas referem-se às possibilidades encontradas, e aos conteúdos observados como importantes em eventos anteriores, tendo como eixo transversal indispensável, a necessidade da incorporação de gênero no gerenciamento de recursos hídricos e de educação ambiental no MS.

Esperamos que, assim, consigamos uma formação que provoque o debate e estimule reflexões e ações para um ambiente sustentável, livre das lógicas e dos regimes de discriminações, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esta primeira revisão será disponibilizada aos participantes para análise, sugestões e críticas, a fim de conferir e socializar a proposta em andamento para que possamos sistematizar os resultados (parciais) de forma participativa.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1 -
SUMÁRIO	1
LISTA DE FIGURAS	2
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
1.1 RESUMO DA PROPOSTA	3
1.2 EQUIPE DO PROJETO	4
1.2.1 Professores Conteúdistas responsáveis pelas disciplinas	4
1.2.2 Convidados responsáveis pelos Relatos de Experiências	4
1.2.3 Responsáveis pelo PPP	5
1.2.4 Responsáveis pela Tutoria	5
1.2.5 Bolsistas	6
1.3 INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	6
2. MARCO SITUACIONAL	10
2.1 O CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA ATUAÇÃO DO PROJETO	10
3. MARCO CONCEITUAL	17
3.1 O CONCEITO DE “GÊNERO”	17
3.2 A GESTÃO DAS ÁGUAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	20
3.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GAEA	22
3.4 A EDUCOMUNICAÇÃO NA GAEA	23
3.5 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	24
4. MARCO OPERACIONAL	26
4.1 FORMAÇÃO	27
4.1.1 Educação a Distância	29
4.1.2 Educomunicação para o fortalecimento da participação	29
4.1.3 Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão ³⁰	
4.1.4 Estado da arte da Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação	30
4.1.5 Educação Ambiental como ferramenta para a constituição e organização de coletivos	31



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

4.1.6	Incorporação de Gênero nos espaços constituídos	31
4.1.7	Sistematização de conhecimentos Gênero, Água e Educação Ambiental	32
4.2	OUTRAS ATIVIDADES	32
4.2.1	Encontro Presencial	33
4.2.2	Comunicação e Divulgação	33
5.	PRÓXIMOS PASSOS	35
	REFERÊNCIAS	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Origem dos inscritos	14
Figura 2:	Inscrições deferidas	15
Figura 3:	Escolaridade dos inscritos	15
Figura 4:	Realização de cursos a distância	16



1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 RESUMO DA PROPOSTA

A participação pública no processo de tomada de decisões é um passo imprescindível para a construção de uma democracia que avalia hábitos e propõe ações de transformação. Ao mesmo tempo, a água de cada dia é um recurso natural indispensável para a manutenção dos ambientes naturais e sociais, dotado de valor econômico e de domínio público, porém, cada vez mais escasso em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Sendo a água um recurso limitado e mal distribuído, a gestão do uso desse patrimônio deve ocorrer de forma ampla e descentralizada, envolvendo o poder público, os usuários e as comunidades. Visando a construção de estratégias para ampliar a participação feminina, e a definição de programas de ação com enfoque de gênero, propôs-se a “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental” para lideranças envolvidas com a articulação de políticas públicas das diversas áreas. A produção e o direcionamento das informações serão caracterizados de maneira a promover um amplo debate com a perspectiva da inserção de Gênero e Água nos espaços políticos e de gerenciamento, além da ampliação, formação e fortalecimento dos atores envolvidos, no sentido de qualificar a participação. Nesse sentido, nota-se a necessidade de adotar o enlace das temáticas das águas e da igualdade de gênero, como temas transversais permanentes no processo de formação, e, a partir de pressupostos metodológicos da educação ambiental crítica, fomentar atividades práticas de mobilização, difusão, reflexão de representantes para atuarem em espaços de discussão, deliberação e decisão. Ao final da formação a distância, será realizado um encontro com todas as participantes, aberto a comunidade em geral. Como produto deste evento, será elaborado um documento coletivo com recomendações às instâncias competentes quanto à importância da inserção de Gênero e Água nos diversos espaços políticos.

Palavras chaves: Educação Ambiental; Gênero; Água; Políticas Públicas; Transversalidade.



1.2 EQUIPE DO PROJETO

- Áurea da Silva Garcia - Coordenadora do Projeto de Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Educação Ambiental no MS pela Ong Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) junto ao Programa *Ecosystem Alliance (EA)*, *Wetlandes Internacional*, *IUCN* e *Both ENDS*.

- Icléia Albuquerque de Vargas - Coordenadora do Curso de Extensão – Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

1.2.1 Professores Conteúdistas responsáveis pelas disciplinas

Allison Ischy (Rede Aguapé)

Angela Maria Zanon (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé)

Áurea da Silva Garcia (Mupan, GEPEA/MS, GEASF, Rede Aguapé)

Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé)

Patrícia Lima Ortelhado (Mupan, GEPEA/MS, GEASF, Rede Aguapé)

Shirley da Silva Matias (Mupan, Rede Aguapé)

Silvia Cordeiro das Neves (UFMS)

Simone do Valle Leone Peinado (Mupan, GEPEA/MS, Rede Aguapé)

Suzete Rosana de Castro Wiziack (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé)

Synara Aparecida Olendzki Broch (UFMS, Rede Aguapé)

1.2.2 Convidados responsáveis pelos Relatos de Experiências

Alexandra Lopes da Costa (Grupo de Estudos em Gênero, Identidade e Memória/UFGD)



Andréa Carvalho Macieira (CIEA/MS, UEA/Imasul)
Anne Zugman (Fundação Neotrópica do Brasil)
Auristela Silva dos Santos (Mupan/CIEA/MS, UEA/Imasul)
Constantina Xavier Filha (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS)
Eliane Maria Garcia (Mupan/CIEA/MS, UEA/Imasul)
Glaucia Helena Fernandes Seixas (Fundação Neotrópica do Brasil)
Heloisa Pincela Vasconcelos (CIEA/MS, UEA/Imasul)
Leonardo Sampaio Costa (GRH/Imasul)
Maria José Alves Martins (Mupan/CIEA/MS, UEA/Imasul)
Marja Zattoni Milano (Fundação Neotrópica do Brasil)
Patrícia Lima Ortelhado (Mupan, GEPEA/MS, GEASF, Rede Aguapé)
Shirley da Silva Matias (Mupan, Rede Aguapé)
Simone do Valle Leone Peinado (Mupan, GEPEA/MS, Rede Aguapé)

1.2.3 Responsáveis pelo PPP

Diego Correia da Silva - Versão Preliminar
Áurea da Silva Garcia - Primeira Revisão
Rose Mary Paes de Araujo - Primeira Revisão

1.2.4 Responsáveis pela Tutoria

Áurea da Silva Garcia
Daniella de Souza Masson
Patrícia Lima Ortelhado
Shirley da Silva Matias
Simone do Valle Leone Peinado



1.2.5 Bolsistas

Daniella de Souza Masson (UFGD)

Adrielly Ferreira Vilela (UFMS)

Suelen Sandim (PREAE/UFMS)

Karine Sales Arendt (UFGD) - responsável pela finalização da Logo

1.3 INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Na ocasião da elaboração do projeto “Formação de Multiplicadores para a Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental” apresentado junto ao Programa *Ecosystem Alliance (EA)*, *Wetlandes Internacional*, *IUCN* e *Both ENDS* pela Mupan, a Prefeitura Municipal de Ponta Porã confirmou a participação com um termo de compromisso.

Seguido a aprovação foram iniciados os trâmites junto a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com a apresentação de projeto como Curso de Extensão junto à Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância, e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGECI) do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET).

Após as articulações, outras instituições e colegiados passaram a participar do projeto:



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

Nome – Sigla	Forma de Participação
Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN)	A Organização Não Governamental MUPAN possui experiência com projetos para o desenvolvimento de ações socioambientais, e para a formação de coletivos com as temáticas de gênero, água e educação ambiental. Colabora com a produção de materiais e com a articulação de atores e instituições parceiras de projetos anteriores da instituição.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	A referida universidade participa através de sua estrutura de EaD, com a disponibilização da plataforma <i>Moodle</i> . Além disso, são integrantes colaboradores do projeto, membros do Grupo de Estudos e Gestão em Educação Ambiental (GEPEA/MS), além de docentes e discentes da Pós-Graduação em Ensino de Ciências, ligados à linha de pesquisa em Educação Ambiental.
Prefeitura Municipal de Ponta Porã (PMPP)	Apoio institucional ao projeto, no intuito de fortalecer os espaços locais de gestão ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul, em consonância com os objetivos do projeto “Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa”, que envolve 12 municípios transfronteiriços – 7 brasileiros e 5 paraguaios.
CAP-Net Brasil – Rede de Capacitação em Recursos Hídricos e Instituto Ipanema	Apoio para a realização de oficina para Fortalecimento e Incorporação de Gênero em 2015 a partir dos resultados do Formação GAEA.
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS)	Mobilização dos membros e relato de experiência.
Gerência de Recursos Hídricos do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (GRH - Imasul)	Divulgação junto aos membro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho de Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul, além de relato de experiência.



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/Mupan/EA/IUCN/Both-ENDS

Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira (GEASF)	Apoio na divulgação do projeto na Fronteira, organização de atividades e elaboração de relato de experiência.
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA/MS)	O referido grupo formado por docentes da UFMS e pesquisadores em EA de Mato Grosso do Sul criado em 2006, hoje conta com egressos do Mestrado em Ensino de Ciências e convidados, no intuito de apoiar os aspectos conceituais, teóricos e metodológicos durante a estruturação e execução da formação. E ainda na elaboração das disciplinas e relatos de experiências.
Fundação Neotrópica do Brasil	Elaboração de relato de experiência.
ONG Ecoporã	Apoio na divulgação do projeto na Fronteira.
Rede Aguapé de Educação Ambiental para o Pantanal	Utilização do formato e estrutura da Revista Aguapé divulgação do projeto com a publicação de duas edições, além do envolvimento dos membros com professores conteudistas e relatos de experiências.
Unidade de Educação Ambiental (UEA) do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	Divulgação junto aos membro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul, além de relato de experiência.

Outras instituições, por meio de representantes, foram contatadas buscando apoio para a divulgação, elaboração de conteúdos e relatos de experiências, entretanto sem a efetivação da participação:

- ✓ Agência Nacional de Águas (ANA)
- ✓ Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL)
- ✓ Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTEM/CNRH)
- ✓ Centro de Saberes e Cuidados Socioambiental da Bacia do Prata
- ✓ Consórcios de Gestão Ambiental – CIDEMA, COINTA e CIABRI



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

- ✓ Ecologia em Ação – ECOA
- ✓ Grupo de Estudo e Pesquisa Mulher e Água (CNPQ/UFOP)
- ✓ Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- ✓ Movimento da Diversidade Racial
- ✓ Movimento de Mulheres Camponesas
- ✓ Paz y Desarrollo - PY
- ✓ Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)
- ✓ Sub Secretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania de MS
- ✓ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)



2. MARCO SITUACIONAL

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, sua “conivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada ao sério empenho de reflexão para que seja práxis.

Paulo Freire (2005).

No âmbito da “Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental” aprovado pelo do *Programa Ecosystem Alliance (EA) Wetlands Internacional, IUCN e Both ENDS*. De início, estava previsto a participação de 100 cursistas da Bacia do Alto Paraguai (BAP), a partir da parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi possível ampliar para 150 cursistas, incluindo pessoas de outras localidades.

2.1 O CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA ATUAÇÃO DO PROJETO

Os problemas socioambientais presentes no Estado de Mato Grosso do Sul evidenciam a importância das ações de educação ambiental, tanto no ensino formal, quanto na educação não formal, que propiciem a formação de cidadãos capazes de realizar uma interferência no cotidiano de suas vidas, a partir da



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/Mupan/EA/IUCN/Both-ENDS

participação direta na formulação de políticas ambientais. Em termos geográficos, encontramos no Estado duas realidades distintas: a Bacia do Alto Paraguai, e a Bacia do Alto Paraná.

A Bacia do Alto Paraguai (BAP) abriga o Pantanal, a maior área úmida do mundo, que se dispersa entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil, e avança sobre porções territoriais da Bolívia e do Paraguai. Trata-se de uma complexa rede de águas e de ecossistemas, com grande diversidade sociocultural e econômica, considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, e Patrimônio Nacional pela Constituição Federal do Brasil.

Atualmente, o ecossistema local sofre grandes pressões de diferentes atividades econômicas. Entre os impactos registrados na BAP listam-se a degradação do solo pela pecuária extensiva, a diminuição da diversidade de animais silvestres por conta de tráfico e queimadas, a perda da mata nativa por conta da extração de recursos madeireiros e substituição de espécies, danos causados pelas indústrias de mineração, entre outros. De forma direta ou indireta, esses impactos também influenciam na fragilização dos regimes das águas (secas e cheias) do Pantanal, evidenciadas, por exemplo, no desaparecimento e na contaminação de pequenos córregos que abastecem a bacia.

Já na porção centro-oeste do Estado, se insere a Bacia do Rio Paraná, onde ocorre predominantemente a vegetação do tipo Cerrado. A partir da década de 1970, despontou nessa região a chamada “Revolução Verde¹”, fenômeno de expansão agropecuária, que ocasionou um desordenado desmatamento da vegetação natural, e que, conseqüentemente, fragilizou seus regimes hídricos. Outra condição que favoreceu esse quadro refere-se aos efeitos de políticas públicas voltadas à promoção da ocupação de tais áreas que atribuiu ao Cerrado o “*status*” de nova fronteira agrícola do Brasil, sem considerá-la como salvaguarda

¹ A Revolução Verde, ocorrida a partir da década de 1950, foi uma série de estratégias implantadas que objetivava o aumento da produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, do uso intensivo de insumos industriais, da mecanização e da redução do custo de manejo.



de uma rica biodiversidade natural e importante área de recarga de lençóis freáticos e nascentes, com influência direta sobre outros biomas existentes no país. Tal lógica se mantém viva até os nossos dias.

Em todo caso, é perceptível que tal quadro de deterioração só foi possível por conta de relações não democráticas na tomada de decisões, visto que os grandes interesses econômicos sobressaíram-se em detrimento das práticas ambientais sustentáveis. Dessa forma, para garantir a transformação desse modelo, há a necessidade de inclusão ampla de outros atores sociais, indicando a quebra da exclusividade dos gestores políticos, e, porventura, conveniências que seguem, enquanto únicos atores envolvidos nas práticas de intervenção ambiental. No documento que rege a Política Nacional de Educação Ambiental - PRONEA (BRASIL, 2005) há o destaque “é preciso garantir o efetivo controle e a participação social na formulação e execução de políticas públicas, de forma que a dimensão ambiental seja sempre considerada”.

Da mesma forma, existe um marco regulatório que possui como princípio o gerenciamento de bacias hidrográficas como unidades de planejamento, e garante em seu arcabouço a participação dos diversos segmentos, estes princípios constam tanto na Política Nacional (Lei 9.433/1997), quanto na Lei Estadual do MS (Lei 2.406/2002).

A participação social deve estar pautada em processos contínuos para a democratização de informações e deliberações na constituição da cidadania, e além dos interesses de cada indivíduo, legitimando-se pelo interesse coletivo. Essa legitimidade requer a efetiva participação de mulheres e homens, independentemente da cor, raça, credo ou opção política, conforme destaca Jacobi (2005):

A participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos, de forma a promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo (JACOBI, 2005, p. 231).



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/Mupan/EA/IUCN/Both-ENDS

Dentro da realidade sul-mato-grossense, percebe-se que o momento é fértil e necessário para trabalhar com a inserção de gênero, visto as articulações para a construção da Política Estadual de Educação Ambiental, a implementação do Acordo de Gestão Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Apa (Brasil e Paraguai), bem como a estruturação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Comitê do Rio Miranda (criado em 2005 sendo o primeiro do Estado), e do Rio Ivinhema (2010), além da participação do Estado no Comitê Federal do Rio Paranaíba (criado em 2002).

A gestão sustentável dos recursos hídricos e a igualdade do gênero apoiam-se mutuamente e estão inter-relacionadas (quase interdependentes). Acordos internacionais e regionais sobre direitos das mulheres já vêm tradicionalmente, indicando essas linhas de articulação. A Plataforma de Ação de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing (1995)², incluiu um item específico sobre a mulher e o meio ambiente, com três objetivos estratégicos:

- a) Envolver a participação da mulher na adoção de decisões relativas ao meio ambiente;
- b) Integrar a perspectiva de gênero nas políticas e programas do desenvolvimento sustentável;
- c) Fortalecer ou estabelecer mecanismos, em nível nacional, regional ou internacional, para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e ambientais na vida das mulheres.

Os mesmos objetivos são encontrados nas recomendações da Conferência Internacional de Água Doce realizada em 2001, na cidade de Bonn (Alemanha), que reivindica a participação e a inserção de gênero na discussão dos recursos hídricos, onde, ambos, homens e mulheres, devem ser envolvidos e ter o mesmo direito de expressão de gerenciamento do uso sustentável dos recursos

² Ver mais em <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/onu/413-declaracao-e-plataforma-de-acao-da-iv-conferencia-mundial-sobre-a-mulher>>.



hídricos e na distribuição de seus benefícios. O papel das mulheres nas áreas relacionadas à água precisa ser reforçado e sua participação ampliada (GWA, 2003, p. v).

Pesquisas indicam que, no Mato Grosso do Sul, apesar da boa presença feminina em espaços de discussão e/ou gerenciamento de recursos hídricos, ainda há lacunas na reflexão e na inserção da perspectiva de gênero nas ações nos comitês de bacia, mesmo entre os participantes com escolaridade superior, completa ou cursando, e ainda com especialização (GARCIA, 2008). Essa é uma triste realidade que pretendemos, juntas, alterar.

Nesta primeira revisão do PPP apresentamos algumas considerações quanto ao perfil dos participantes.

Foram ofertadas 150 vagas, com 399 inscritos:

- ✓ 315 do sexo feminino
- ✓ 84 do sexo masculino.

Desses total de inscritos, 389 são de 46 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (que possui 79 municípios). Tivemos ainda inscrições dos estados de Alagoas (1), Distrito Federal (1), Minas Gerais (3), Mato Grosso (1) e São Paulo (4).

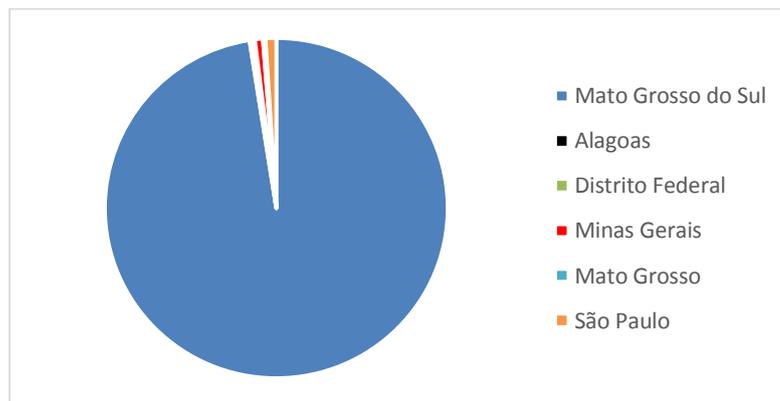


Figura 1: Origem dos inscritos.



A partir do processo de análise documental e a carta de intenções, selecionamos 168 cursistas. Muitos desses, pela primeira vez tiveram contatos com a Educação a Distância.

Dos 399 inscritos, 168 tiveram a inscrição deferida, sendo 128 do sexo feminino e 40 do sexo masculino.

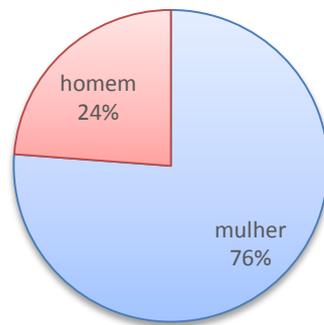


Figura 2: Inscrições deferidas.

Em enquete realizada durante a ambientação com 119 do total de 168 inscritos quanto a escolarização, temos o seguinte perfil: ensino médio (5), superior incompleto (27), superior completo (44), especialização (41) e mestrado (2).

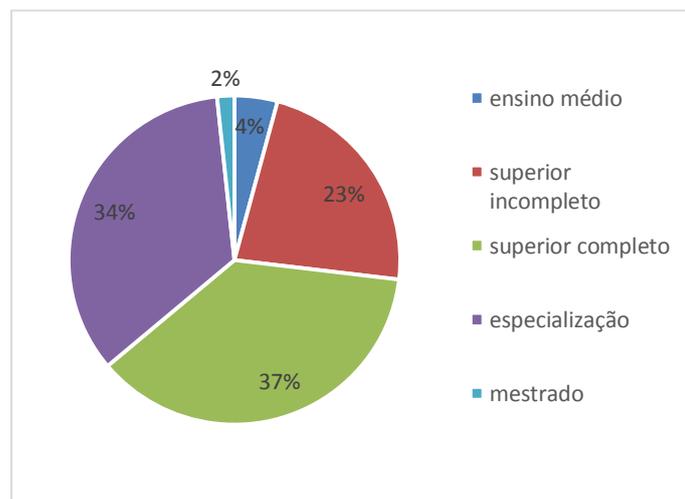


Figura 3: Escolaridade dos inscritos.



Pelas respostas também foi possível observar que para 36 dos matriculados este foi o primeiro curso realizado a distância; 37 já realizaram de 1 a 5 cursos; 13 de 6 a 10 cursos; e 2 já realizaram mais de 10 cursos a distância.

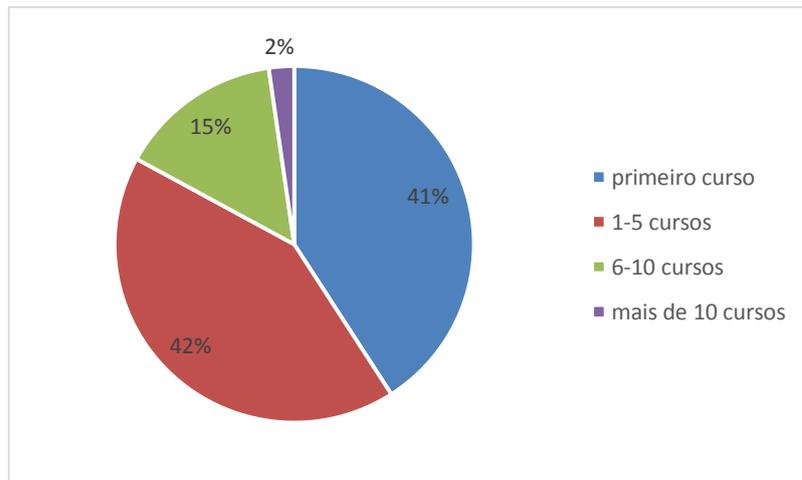


Figura 4: Realização de cursos a distância.



3. MARCO CONCEITUAL

Só um coletivo contextualizado é efetivamente capaz de responder aos desafios peculiares a cada território. A articulação dos esforços e a valorização das competências regionais permitem a consecução do objetivo de democratizar uma política pública e não limitar sua execução a poucos projetos pilotos.

Ferraro & Sorrentino (2005)

São apresentados a seguir, alguns conceitos, princípios, valores e concepções que ajudarão na consolidação do Projeto Político Pedagógico (PPP), uma de nossas estruturas de ação.

3.1 O CONCEITO DE “GÊNERO”

Para compreender as implicações de gênero sobre a questão das águas, é necessário identificar diferenças conceituais entre os termos utilizados para distinguir homens e mulheres.

O termo “sexo” busca identificar as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Por outro lado, “gênero” evidencia, sobretudo, as diferenças entre ambos existentes no campo social. Portanto, ao utilizarmos “gênero” estamos mais preocupados com papéis, direitos, e responsabilidades, bem como problemas e desafios impostos diferencialmente a homens e mulheres.

Portanto, o papel de gênero de homens e mulheres sempre estará ligado a um contexto específico e dinâmico. O gênero é construído pela sociedade e ao



mesmo tempo, influenciado pela cultura, religião, meio ambiente, história e economia. Porém, cabe ressaltar que nem mulheres, nem os homens, são grupos homogêneos, visto que estes possuem outros lastros identitários, quais sejam: do contexto onde vivem (urbano, rural, ou de comunidades e povos tradicionais); de raça; de classe; de sexualidade, além de tantas outras marcas que devem ser consideradas.

Se por um lado o conceito de “equidade de gênero” incide sobre a necessidade de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a “igualdade de gênero” significa a busca por um mesmo status, e totais condições para a realização de direitos humanos plenos.

A desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho são bases da violência contra a mulher, que se manifesta de várias formas – física, psicológica e sexual, seja no âmbito doméstico ou não. Mulheres e homens nascem iguais. Tornam-se desiguais frutos dessa construção que privilegia a representação social masculina. Desde que nascem, mulheres e homens são tratados de forma diferenciada, sendo que dos homens se exige um comportamento agressivo e racional, e da mulher ações que demonstrem sensibilidade e emoção. Assim também se definem papéis diferenciados. A divisão sexual do trabalho se define pelo que é considerado produtivo e pelo que é reprodutivo, reforçando a ideia do homem como provedor da família, e portanto, o responsável pela negociação com o mundo público (MEDEIROS, *in* ACTIONAID BRASIL, 2010).

Para minimizar estes aspectos sobre a diferença de gênero sobre as políticas públicas, é importante a construção de instrumentos capazes de proporcionar um diálogo, que tenha visibilidade para a sociedade, seja através de movimentos coletivos, seja através da organização comunitária e até mesmo, por meio de eventos/ manifestações públicas. O exemplo mais conhecido deste último é a Marcha das Margaridas, uma marcha de mulheres trabalhadoras do campo, de diferentes movimentos sócias, que acontece em Brasília anualmente.



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

19

Para as trabalhadoras rurais, os grupos de mulheres tem sido um instrumento importante para garantir a visibilidade dos movimentos sociais e para a construção de políticas públicas específicas para a mulher no campo.

O processo de construção de políticas públicas deve ser inclusivo, o diálogo é essencial e indispensável tratar temas como água, educação e saúde, que se tratando de mulher, são considerados temas transversais.

De acordo com o Programa de Formação Continuada do IPF – Instituto Paulo Freire³ (s/d):

Os temas transversais dos novos parâmetros curriculares incluem Ética, Meio ambiente, Saúde, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Eles expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presentes sob várias formas na vida cotidiana. São amplos o bastante para traduzir preocupações de todo País, são questões em debate na sociedade através dos quais, o dissenso, o confronto de opiniões se coloca.

Este Programa (IPF) ainda incorpora outras formas de trabalho e conceitos que serão incorporados e internalizados neste processo de formação. E porque trabalhar estes conceitos?

A transversalidade, bem como a transdisciplinaridade, é um princípio teórico do qual decorrem várias conseqüências [sic]⁴ práticas, tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta curricular e pedagógica. A transversalidade aparece hoje como um princípio inovador nos sistemas de ensino de vários países. Contudo, a idéia [sic]⁵ não é tão nova. Ela remonta aos ideais pedagógicos do início do século, quando se falava em ensino global e do qual trataram famosos educadores, entre eles, os franceses Ovídio Decroly (1871-1932) e Celestin Freinet (1896-1966), os norte-americanos John Dewey (1852-1952) e William Kilpatrick (1871-1965) e os soviéticos Pier Blonsky (1884-1941) e Nadja Krupskaja (1869-1939). (IPF, s/d)

Sobre Políticas Públicas para as mulheres, deve-se pensar em ações de articulação, ampliação e ações de prevenção, para isso precisamos:

³ Programa de Formação Continuada do Instituto Paulo Freire
(http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_48.htm)

⁴ Conseqüências

⁵ Ideia



- ✓ Da construção de políticas que garantam autonomia pessoal e econômica (financeira) das mulheres, como documentação, acesso à crédito, acesso a à saúde, etc;
- ✓ Campanhas educativas não sexistas;
- ✓ Intervenção do poder público;
- ✓ Ampliação dos serviços de atendimento existentes (casas abrigo, delegacias especializadas, etc).

Política Pública (considerar também o uso no plural, "Políticas Públicas") é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

De uma forma ainda mais abrangente, pode-se considerar as Políticas Públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" (DYE, 1984). A definição deste termo aparece como "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis". A política pública é concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado - no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal -, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil. Elas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Tradicionalmente são compostas baseadas em 4 elementos centrais: 1) Dependem do envolvimento do governo, 2) da percepção de um problema, 3) da definição de um objetivo e 4) da configuração de um processo de ação (DEUBEL, 2006).

3.2 A GESTÃO DAS ÁGUAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Tradicionalmente, mulheres e homens possuem diferentes papéis e responsabilidades em relação ao uso e à gestão das águas. Esse antagonismo,



além de determinar o atual modelo de uso do recurso, também impacta homens e mulheres de maneiras diferentes. Dessa forma, as relações de gênero devem ser identificadas, com o objetivo de desenvolver projetos e ações que reduzam os impactos negativos promovidos por essas diferenças, e também, sublimar a desigualdade de poderes e acessos.

Devido às inerentes relações e restrições de gênero, as mulheres também são desproporcionalmente afetadas por desastres naturais, como inundações, visto que elas sofrem as maiores taxas de mortalidade durante os desastres, como o adicional de maiores dificuldades na recuperação dos mesmos, seja pela (in)disponibilidade de ofertas de trabalho e renda, ou pelas múltiplas responsabilidades em sua dedicação ao cuidado de crianças, jovens e idosos (SIENA, 2009).

Se em um primeiro plano, a pobreza afeta desproporcionalmente as mulheres, os homens persistem como maioria com poder político em espaços de tomada de decisões, instituição de leis, e gerenciamento ambiental. Apenas políticas, programas e projetos que abordem as desigualdades de gênero garantirão uma gestão mais equitativa dos recursos hídricos, e as oportunidades universais de desenvolvimento humano. Nesse resultado, espera-se uma nova perspectiva de gestão que não se detenha exclusivamente ao uso produtivo e econômico da água, mas que também, coloque em pauta as necessidades domésticas e comunitárias tão caras às mulheres.

Assim, para atingir níveis avançados de igualdade e equidade de gênero, é essencial a compreensão sobre os papéis que homens e mulheres desempenham em suas localidades.

Deve-se tomar cuidado, porém, com o risco de cometer erros em análises e ações, devido aos papéis de gênero se diferenciar de um lugar para outro, e se alterar ao longo do tempo.

Como exemplo, situações onde as atividades ligadas ao mundo feminino, por conta de crises econômicas e ambientais, estejam sendo exercidas por homens (como o cuidado das crianças, artesanato, entre outros), visto que as



poucas possibilidades de obtenção de renda estejam restritas às mulheres (trabalho doméstico, por exemplo).

O contrário pode ser contabilizado, em espaços onde há um forte movimento emigratório masculino, e mulheres possam exercer atividades tipicamente ligadas ao “mundo dos homens”, como, por exemplo, agroextrativistas (como os roçados e pescarias).

Nesse passo, quaisquer análises sobre os usos dos recursos naturais passam a ser incompletas sem a compreensão das diferenças e desigualdades de gênero em um dado contexto social, espacial, cultural e econômico. Sem uma atenção especial às questões de gênero, iniciativas e projetos podem reforçar as desigualdades entre homens e mulheres, e até mesmo aumentar outros tipos de desequilíbrios.

3.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GAEA

As atividades de educação ambiental propostas pela GAEA estão alicerçadas na articulação de ações educativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente, potencializando o papel da educação na construção de novos conhecimentos para a conservação e bom uso das águas, de modo a garantir acesso democrático a esse recurso e, participação mais ampla de mulheres nas instâncias e nos processos de tomadas de decisão.

Nesse sentido, pretende-se a adesão a métodos educativos mais populares, não hierárquicos, que visam ação-reflexão-ação, seguindo a indicação de Paulo Freire. Com isto busca-se atingir um número significativo de pessoas e instituições aptas a realizarem a pesquisa participante. As *pessoas que aprendem participando* formam as comunidades de aprendizagem que devem interpretar criticamente os fenômenos, fatos, situações e contextos ambientais reconhecendo os poderes e os campos de conflito presentes na realidade.

A formação e a participação dos cursistas dar-se-á na forma de atividades em seus locais, em suas realidades, dando respostas aos conteúdos e



informações trabalhadas. Desta forma, os envolvidos planejam e executam suas ações como parte da estratégia da formação, voltada aos interesses próprios e às peculiaridades da sua região de sua atuação.

Espera-se do processo de formação de educadores ambientais resultados sociais e culturais, voltados à percepção dos problemas socioambientais⁶ e suas resoluções, à atuação individual e coletiva dos educandos e educadores na reivindicação de direitos sociais, e na proposição de políticas públicas que visam garantir a qualidade de vida e do ambiente local. Também, como resultados políticos, com ações participativas nos fóruns já existentes e na proposição de outros espaços locais, especialmente o acompanhamento da execução do projeto, seu retorno social e sua continuidade, com a articulação das instituições locais para viabilizar recursos institucionais e/ou financeiros para novas ações em suas localidades.

3.4 A EDUCOMUNICAÇÃO NA GAEA

A comunicação é um processo inerente ao ser humano, que desde antes de nascer estrutura sua própria rede de relações e comunicações entre átomos, moléculas, células, órgãos e com a futura mãe. No livro *Pedagogia do Oprimido*, de 1978, Paulo Freire defende o princípio de que qualquer pessoa é comunicação entre si e não podem ficar à margem da comunicação (FREIRE, 2005).

A Educomunicação tem como objetivo promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e difusão da informação, facilitando o processo ensino-aprendizado através do uso criativo dos meios e de suas tecnologias (estes – os

⁶ Conforme Guimarães (2004, p.27) a expressão socioambiental busca “apontar para a superação da tendência fragmentária, dualista e dicotômica, fortemente presente em nossa sociedade, buscando assim, preencher de sentido essa expressão com a ideia de que as questões sociais e ambientais da atualidade encontram-se imbricadas em sua gênese e que as consequências manifestam essa interposição em sua concretude”.



meios de comunicação – vistos a partir não da tecnologia em si, mas de suas características e da importância de ter acesso a eles) (TRAJBER, 2005).

Nesse sentido, serão desenvolvidas atividades que desenvolvam noções básicas de comunicação, num processo de planejamento, produção coletiva, no intuito de recuperar valores esquecidos e/ou degenerados na sociedade como justiça, ética, convivência fraterna, participação, democracia e outros, num exercício que replicará os conhecidos e capacitação adquirida pelos alunos para outros membros da comunidade, num processo contínuo, motivo pelo qual optamos pela Educomunicação ser a primeira disciplina conceitual oferecida na Formação.

Espera-se que o público formado seja capaz de utilizar alguns mecanismos de comunicação, que consiga dar visibilidade local e regional à região onde estão inseridos e com o processo de aprendizagem e ação do projeto, na teoria e na prática, que possam reeditar a formação para os seus pares, a fim de fortalecer suas lutas e melhorar a qualidade de vida, utilizando a comunicação como uma ferramenta de construção de uma nova ordem social, a da educação ambiental, e a de querer sociedades sustentáveis. Com isso espera-se:

- ✓ Desenvolvimento dos processos formativos no âmbito local;
- ✓ Avaliação pela comunidade das ações desenvolvidas pelo projeto;
- ✓ Divulgação, socialização e troca de experiências entre os cursistas, e o público envolvido por eles.

3.5 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de educação caracterizada, principalmente, pela separação física (espaço-temporal) entre aluno e professor. A interação entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem nos cursos de EaD (professores, alunos, tutores virtuais) ocorrem



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/Mupan/EA/IUCN/Both-ENDS

por meio de tecnologias telemáticas, ou seja, baseadas nas telecomunicações e na informática (OTSUKA *et al.*, 2011).

A escolha desse processo de ensino permitirá à formação GAEA atender um público mais amplo e variado que os cursos presenciais.

Nessa modalidade interativa, que se antecipa às barreiras de tempo e espaço, é necessário o incentivo ao aluno a desenvolver o seu potencial de autonomia, com o intuito de resignificar suas práticas de aprender, saber e agir, e de acordo com VIEIRA:

Se apropriar criticamente das novas tecnologias, buscando recursos e formas para facilitar e promover a aprendizagem, por meio de estratégias que incentivem a participação dos alunos, a interação entre eles, a pesquisa, o debate, o diálogo e principalmente a colaboração (VIEIRA, s/d, p. 18).

O desafio da prática pedagógica na EaD, como em qualquer outra modalidade, é que nunca é um processo acabado ou universalizado. Nesse formato, todos os educadores envolvidos - conteudistas, técnicos e tutores - têm o compromisso de incentivar a autonomia na discussão e na (re)elaboração do conhecimento, evitando uma realidade de alunos como respondentes passivos de um processo tecnicista e alienado. Por esse entendimento, deve-se problematizar o conhecimento, criando

[...] estratégias em que o aluno veja o mundo e a si mesmo, vislumbre os riscos, as incertezas, a temporalidade humana, as vantagens da tecnologia, do conhecimento e o encantamento do aprender, além de garantir a inter-relação entre a teoria e a prática (LEAL, s/d, p. 03, 2011).



4. MARCO OPERACIONAL

Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante do grupo.

Paulo Freire (1993)

Como já apresentado a “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental” é parte integrante do projeto “Formação de Multiplicadores para a Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental” apresentado pela Mupan e aprovado junto ao Programa *Ecosystem Alliance (EA)*, *Wetlandes Internacional*, *IUCN* e *Both ENDS*. O apoio da IUCN tem possibilitado a produção de materiais, contratação de pessoal e serviços, deslocamento, hospedagem e alimentação para o encontro presencial dentre outras atividades.

Além da ampliação do número de vagas, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) disponibilizou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e produção de vídeos. Na proposta de extensão foi previsto folders, banners, cartazes, folhetos, camisetas, canetas e materiais para *coffee break* (café, açúcar, chá, biscoitos e água) e bolsista por 8 meses.

Para melhor compreensão apresentamos separadamente a Formação e Demais Produtos, já que os mesmos se complementam.



4.1 FORMAÇÃO

Na proposta inicial a previsão era para 100 vagas, no entanto, com a articulações e aprovação do Curso de Extensão pela UFMS este número aumentou em 50 vagas, totalizando 150 vagas.

Para o oferecimento do Curso de Extensão “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental”, foi aberto o Edital PREAE, nº 40, de 02 de julho de 2013⁷. O período de inscrições ocorreu entre os dias 20 de julho a 10 de agosto de 2013.

Foram ofertadas 150 vagas, com 399 inscritos, desses foram selecionados 168 cursistas, muitos desses foi a primeira vez que tiveram contato com a Educação a Distância.

As atividades de educação e extensão à distância tiveram início dia 30 de agosto, com uso da plataforma *Moodle* da UFMS, com previsão para 6 meses.

O Curso, com carga horária de 180 horas, está sendo ofertado em sete módulos/disciplinas, incluindo atividades voltadas à compreensão da teoria e de intervenções práticas. Está distribuído em 07 (sete) módulos/disciplinas:

1. Educação a Distância (15h);
2. Educomunicação para o fortalecimento da participação (30h);
3. Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão (30h);
4. Estado da arte da Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação (30h);
5. Educação Ambiental como ferramenta para a constituição e organização de coletivos (30h);
6. Incorporação de Gênero nos espaços constituídos (30h);
7. Sistematização de conhecimentos Gênero, Água e Educação Ambiental (15h).

⁷ Edital PREAE, nº 40, de 02 de julho de 2013⁷, disponibilizado no link: www.ead.ufms.br/portal/ShowFile.php?id=2187.



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

Para cada módulo/disciplina está sendo apresentados materiais relativos à temática, com produção de artigo pelos professores responsável pelo módulo, Relatos de Experiências pelos convidados, além de outros materiais de apoio (textos e audiovisuais, como vídeos).

Em cada módulo/disciplina são solicitadas pelo mesmos três tarefas (leituras, vídeos, pesquisa, questionário, formulários, fóruns e envio de arquivos). As tarefas apresentadas são avaliadas pelos tutores, com os conceitos: A (ótimo), B (bom), C (regular) e D (insuficiente).

Em cada disciplina, pelo menos uma atividade teve o objetivo de estimular a intervenção dos cursistas em suas comunidades, além do uso dos meios de comunicação a partir dos conhecimentos obtidos durante a disciplina de Educomunicação.

Para ajudar o aluno a compreender as propostas de aprendizagem, conta-se com o apoio das tutoras, que são responsáveis pelo acompanhamento e orientação sistemática de grupos de educandos, realizados por pessoas com experiência na área de formação.

Coube às tutoras tirar dúvidas, conduzir o raciocínio, estimular a curiosidade, sugerir leituras complementares, e promovendo grupos de discussão a distância, ajudando-os a superar dificuldades, a fazer pesquisas para além do próprio material de estudos, observar e alterar, intencionalmente, a própria prática pedagógica.

Os cursistas tiveram o acompanhamento de professores conteudistas, bem como, contatos diretos com a coordenação.

Ao final da formação a distância, realizaremos um encontro com todas os participantes, aberto a comunidade em geral. Como produto deste evento, será elaborado um documento coletivo com recomendações às instâncias competentes quanto à importância da inserção de Gênero e Água nos diversos espaços políticos.



4.1.1 Educação a Distância

Pelo fato de Educação a Distância ser o primeiro momento de muitos alunos, a ambientação com o uso das ferramentas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi disponibilizado uma carga horária de 15 horas, e neste momento os cursistas tiveram contatos com a operacionalidade do AVA, com os colegas, equipe de coordenação e tutoria.

Como material de apoio foi escolhido o texto “Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo”, de Lucinéia Alves (2011).

4.1.2 Educomunicação para o fortalecimento da participação

A Educomunicação tem como objetivo conhecer, estudar e desenvolver as potencialidades de comunicação do “ser humano” e ampliar a capacidade de elaboração e geração de impactos positivos junto às comunidades que atuam com gênero e água no Estado de Mato Grosso do Sul.

De forma, oferece aos cursistas a oportunidade de conhecer noções básicas de comunicação, num processo de planejamento, produção coletiva, no intuito de recuperar valores esquecidos e/ou degenerados na sociedade como justiça, ética, convivência fraterna, participação, democracia e outros, num exercício que replicará os conhecimentos e capacitação adquirida pelos alunos para outros membros da comunidade, num processo contínuo.

Foi elaborado o artigo: “Educomunicação para a autonomia, cidadania e felicidade: reflexões”, e o relato de experiência: “Eco Comunicadores do Pantanal – Serra da Bodoquena”, além de textos e vídeos selecionados pelo professor responsável.

A disciplina de 30 h/a foi estruturada em três momentos, com diversas atividades: leituras, vídeos, experimento, atividades de reflexão, produção,



intervenção, participação em fóruns e envio de arquivos. O professor conteudista interagiu com os cursistas durante os fóruns.

4.1.3 Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão

O Tema Água, dentro de Recursos Hídricos, foi proposto de forma a provocar e proporcionar aos cursistas conhecimentos sobre as políticas públicas para a gestão de recursos hídricos no âmbito nacional e no estado de Mato Grosso do Sul buscando uma aproximação e contextualização da aplicabilidade destes mecanismos de participação e controle.

Foram disponibilizados o artigo: Arcabouço Legal de Recursos Hídricos e Espaços de Discussão e Decisão para o Cuidado com Água, e o relato: Estado da Arte dos Recursos Hídricos em Mato Grosso do Sul, além de materiais selecionados pela professora responsável e coordenação. Para atender a proposta foi reservado uma carga horária de 30 horas, para a realização de 5 atividades: leitura, vídeos, produção, intervenção, participação em fóruns e envio de arquivo.

4.1.4 Estado da arte da Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação

A Educação Ambiental objetivou apresentar a inter-relação das temáticas educação ambiental, políticas públicas e participação visando ampliar o controle social. Buscou apresentar algumas considerações sobre a educação ambiental de forma a ampliar participação, garantindo assim o controle social nos processos de implementação de políticas pública nas suas comunidades.

Foram disponibilizados o artigo: Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação, e o relato: Construção da Política Estadual de Educação Ambiental



e CIEA/MS, além de materiais de apoio selecionados pelas professoras responsáveis. Foram propostas 4 atividades de leitura, vídeos, produção, intervenção, participação em fóruns e envio de arquivos, totalizando uma carga horária de 30 horas.

4.1.5 Educação Ambiental como ferramenta para a constituição e organização de coletivos

O Tema sobre Coletivos objetivou apresentar as possibilidades de organização e participação em coletivos locais. Buscou uma interação com alguns espaços constituídos, bom como a base conceitual de coletivos.

Foram preparados o artigo: Coletivo Educador: Desmistificando o Caminho, e os relatos: “O Percurso do Grupo de Educadores Brasileiros e Paraguaios pelas Águas Fronteiriças do rio Apa” e “Educação Ambiental no Eco Parque Cacimba da Saúde”, além de outros materiais de apoio selecionados pelas professoras responsáveis. Para a disciplina foi reservado uma carga horária de 30 horas, com 5 atividades: leitura, vídeos, produção, intervenção, questionário avaliativo, participação em fóruns e envio de arquivos.

4.1.6 Incorporação de Gênero nos espaços constituídos

A questão de Gênero objetivou apresentar a inter-relação das políticas públicas para a incorporação de gênero nos espaços constituídos de modo a ampliar a participação, principalmente de mulheres. Foram apresentadas algumas considerações quanto às políticas públicas que norteiam as discussões de gênero no gerenciamento de recursos hídricos, bem como as possibilidades quanto a participação e controle social, de forma a proporcionar uma melhor compreensão buscando ampliar a participação dos cursistas junto as suas comunidades.



Disponibilizamos o artigo: Contexto do GAEA: o Porquê de Gênero, Água e Educação Ambiental e os relatos de experiência: “Ensino, Pesquisa e Extensão nos Campos Teórico-Políticos da Sexualidade e Gênero: Desejo de 'Desver' o Mundo” e “Gênero, Feminismo e Meio Ambiente: Apontamentos e Interlocuções”, além de materiais de apoio selecionados pela professora responsável. Foram propostas 5 atividades de leitura, vídeos, produção, intervenção, formulário, participação em fóruns e envio de arquivos com previsão de carga horária de 30 horas.

4.1.7 Sistematização de conhecimentos Gênero, Água e Educação Ambiental

A Sistematização de Conhecimentos objetiva incentivar os cursistas a apresentarem as suas intervenções junto as comunidades. Considerando a carga horária e a necessidade de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) optamos pelo formato de Relato de Experiência, o mesmo formato apresentado pelos convidados durante o curso.

O Relato de Experiência consiste no relato de atividades pontuais ou duradouras realizadas sem a rigidez sistemática do projeto científico, mas com metodologias e resultados ainda que empíricos passíveis de serem compartilhados. Para a atividade está prevista carga horária de 30 horas.

4.2 OUTRAS ATIVIDADES

Desde a aprovação do projeto tem-se priorizado a interface com outras atividades em andamento na região, buscando assim o fortalecimento e maximização de ações proativas para a incorporação de gênero nas políticas de recursos hídricos e educação ambiental.



Como informado anteriormente as articulações, parceria e aprovação do Curso de Extensão pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi possível ampliar para 150 vagas contemplando todo o estado de Mato Grosso do Sul, e estamos executando com 168.

4.2.1 Encontro Presencial

Ao final da formação a distância, será realizado o Encontro Presencial agendado para os dias 15 e 16 de maio de 2014, em Campo Grande, aberto a comunidade em geral.

A participação dos cursistas que obtiverem 75% de aproveitamento será custeado pelo projeto, ocasião que os mesmos apresentarão os seus Relatos de Experiência, socialização de informações quanto o percurso da Formação e as oportunidades de inserção de Gênero, Água e Educação Ambiental nos espaços constituídos.

Como produto deste evento, será elaborado um Documento Público com recomendações às instâncias competentes quanto à importância da inserção de Gênero e Água nos diversos espaços políticos. O Documento será encaminhado aos órgãos públicos e colegiados de forma a difundir e incidir nas políticas públicas, estaduais e municipais.

Os subsídios para este documentos estão sendo coletados a partir de questionário, utilizando formulários on-line, de forma que durante o Encontro presencial os participantes definam as prioridades, e então, finalizem o documento.

4.2.2 Comunicação e Divulgação

A proposta é fortalecer a comunicação, objetivando divulgar informações e conhecimentos para estimular a participação e controle social nas políticas



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

pública com a difusão de informações sobre gênero, recursos hídricos e educação ambiental.

Quanto à divulgação dos resultados do projeto e fortalecimento institucional (interno e externo), buscando a divulgação e difusão de informações em materiais impressos (folders, publicação de resultados, banners) e virtual (notícias na página, lista de discussão, boletim on-line), na busca de dar visibilidade dos temas tratados local e regionalmente.

Um dos principais meios de difusão proposto é a Revista Aguapé, foram previstas 2 edições, sendo uma com a proposta inicial e conceitual e a outra com os resultados, e participação direta dos cursistas.

A Revista Aguapé existe desde 2004, e já foram publicados 4 edições, cada um com uma tiragem média de 2.000 exemplares, dessas 4 edições, 2 foram viabilizadas por projetos coordenado pela Mupan. O formato da revista tem grande aceitação e mostrou-se de muita utilidade nas discussões socioambientais em todos os municípios que foi utilizada.

Todo o material produzido pela equipe do projeto (artigos) e convidados (relatos de experiências), além da produção dos cursistas (TCCs - relatos de experiência) será disponibilizado em meio digital e no site na Mupan (www.mupan.org.br).

Como material de divulgação do projeto estão sendo produzidas camisetas, sacolas, canecas, banners, cartazes, folders, folhetos, entre outros materiais.



5. PRÓXIMOS PASSOS

O presente documento é a Primeira Revisão (2ª versão) do Projeto Político Pedagógico da Extensão “Formação em Gênero, Água e Educação Ambiental” (PPP-GAEA). Buscamos apresentar os lineamentos e apontamentos que embasam desde a concepção do Projeto junto ao apoiador – IUCN, as articulações com outras instituições, coletivos e colegiados aos cursistas.

O documento seguirá para análise da equipe envolvida com o projeto, e do público envolvido com a formação até o Encontro Presencial. Serão bem vindas sugestões, críticas, e considerações que possam acrescentar com a efetivação dos nossos objetivos.

A Segunda Revisão do PPP, Versão Final, será consolidada após finalização da Formação e realização do Encontro Presencial, a ser divulgada posteriormente junto aos egressos, convidados, instituições parceiras por meio da página da Mupan.

Como próximos passos para a complementação do PPP-GAEA, serão observados:

1. No **Marco Situacional**: identificação do perfil dos cursistas que finalizarem o Curso de Extensão (recorte de gênero, municípios atingidos, formação, entre outros) e de espaços constituídos nos municípios para a inserção do tema “gênero, água e educação ambiental”;
2. No **Marco Conceitual**: identificação outros temas necessários junto aos cursistas.
3. No **Marco Operacional**: panorama de possíveis espaços de participação identificados pelos cursistas de forma a alcançamos novos atores sociais em busca de conhecimentos quanto as questões socioambientais



REFERÊNCIAS

ACTIONAID BRASIL (org.) Mulheres e Agroecologia, Volume 1, Rio de Janeiro, 2010. Farache Comunicação – www.farache.com.br (tiragem 1.000 exemplares).

ALVES, L. Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. RBAAD. Disponível em:
http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf

BRASIL. *Programa nacional de educação ambiental* - ProNEA. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

DEUBEL, Andre-Noel Roth Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

DYE, T.R. Policy Analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1984

FERRARO JUNIOR, L. A. ; SORRENTINO, M.. Coletivos Educadores. In: Ferraro Júnior, L. A.. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 57-69

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 18^o ed.150p.

FREIRE. P. *Pedagogia do Oprimido* (43ed). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GARCIA, Á. S. Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos participação e cidadania na BAP. in: *II Seminário internacional América Platina*. Campo Grande: UFMS, 2008.

GUIMARÃES, M.. *A formação de educadores ambientais*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

GWA. *Relatório sobre desenvolvimento de gênero e água de 2003: perspectivas de gênero em políticas no setor de recursos hídricos*. Aliança do Gênero e da Água. Rio de Janeiro, 2003.



Formação Gênero, Água Educação Ambiental

UFMS/ *Mupan* /EA/IUCN/Both-ENDS

IPF - INSTITUTO PAULO FREIRE. *Inter-transdisciplinaridade e transversalidade*. Programa de Formação Continuada. Disponível em:
<http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_48.htm>

JACOBI, P. *Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios*- In: Revista Educação e Pesquisa- vol. 31/2- maio-agosto 2005, FEUSP

LEAL, R. B. A importância do Tutor no processo de aprendizagem a distância. Universidade de Fortaleza/FINOR. 6p. *Revista Iberoamericana de Educacion*. (ISSN:1681-5653). Disponível em: < www.rioei.org/deloslectores/947Barros.PDF >. Acesso em 04/10/2011.

OTSUKA, J.; OLIVEIRA, M. R. G. de; LIMA, A. S.; MILL, D.; MAGRI, C. *Educação a distância: formação do estudante virtual*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

SIENA, M.. *A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos relacionados as chuvas* (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2009.

TRAJBER, R.. Educomunicação para Coletivos Educadores. In: Ferraro Júnior, Luiz A.. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. P. 151-158

VIEIRA, R. A. *Educação a distância: perspectivas para uma aprendizagem autônoma em ambientes colaborativos*, s.d. Disponível em:
<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp01/13.pdf>>